

PEDRO T. MAGALHÃES  
UNIVERSIDADE DO MINHO

MODERNIDADE  
E DEMOCRACIA

LIVROS  
HORIZONTE

COLEÇÃO *Estudos Políticos*  
Sob a Direção de Pedro Tavares de Almeida

*Título:*  
Modernidade e Democracia

*Autor:*  
Pedro T. Magalhães

*Revisão:*  
Maria Leitão

*Ilustração da contracapa:*  
Ambrogio Lorenzetti, *Alegoria do Bom Governo*, século XIV, Palácio Público de Siena



© Livros Horizonte, 2024

ISBN 978-972-24-2103-4

Paginação:  
Gráfica 99, Lda.

Impressão:  
Europress — Indústria Gráfica

Março de 2024

Dep. Legal n.º 525392/23

Coleção Estudos Políticos 07016



Reservados todos os direitos de publicação  
total ou parcial para a língua portuguesa por  
LIVROS HORIZONTE, LDA.  
Rua João de Freitas Branco, 22, Atelier – 1500-359 LISBOA  
E-mail: geral@livroshorizonte.pt  
www.livroshorizonte.pt

## ÍNDICE

PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO: DEMOCRACIA LIBERAL E FIM DA HISTÓRIA .....	11
1. MAX WEBER OU A AMBIVALÊNCIA DA DEMOCRACIA MODERNA.....	15
1.1. <i>Lasciate ogni speranza</i> .....	15
1.2. Capitalismo e singularidade ocidental.....	16
1.3. Do líquido ao sólido: modernidade e petrificação .....	19
1.4. Política “numa época sem Deus e sem profetas” .....	22
1.5. O ocaso da política? Carisma, racionalização e burocracia.....	27
1.6. Liderança carismática e o problema da democracia alemã .....	33
1.7. No olho do furacão: da democracia parlamentar à democracia plebiscitária .....	42
1.8. Observações finais: a perspectiva de Weber em retrospectiva.....	45
2. O POPULISMO NEOAUTORITÁRIO DE CARL SCHMITT.....	49
2.1. O mais temível inimigo do liberalismo? .....	49
2.2. Rumo a um novo autoritarismo: a devoção ao estado de um jovem jurista .....	51
2.3. Idealismo em ruínas: a experiência de guerra .....	56
2.4. Soberania para lá da tradição: da legitimidade dinástica à ditadura neautoritária .....	61
2.5. A decisão pela ditadura soberana .....	69
2.6. Preencher o vazio: a determinação homogênea do povo.	80
2.7. Do mito à substância: igualdade democrática como homogeneidade .....	84

2.8. “O político é o total” .....	90
2.9. Observações finais: do nihilismo neautoritário ao fechamento ocasionalista do povo.....	95
3. CIÊNCIA, RELATIVISMO E PLURALISMO: O PENSAMENTO DEMOCRÁTICO DE HANS Kelsen .....	99
3.1. Teórico do direito ou pensador da democracia? .....	99
3.2. Nem facto empírico nem valor absoluto: as fundações filosóficas da <i>Teoria Pura do Direito</i> .....	100
3.3. O impulso antiempírico.....	106
3.4. O impulso antimetafísico.....	113
3.5. A Norma Fundamental ou os limites da imanência jurídica .....	118
3.6. Redescobrir o pensador da democracia.....	124
3.7. O fantasma de Rousseau .....	125
3.8. Dimensões de uma democracia pluralista: partidos, eleições, parlamento e indivíduo .....	127
3.9. Democracia e <i>Weltanschauung</i> : universalismo, relativismo e um involuntário platonismo.....	135
3.10. Para lá do relativismo: considerações finais.....	139
CONCLUSÃO: AS TRÊS FACES DA DEMOCRACIA MODERNA .....	143
NOTAS.....	157
BIBLIOGRAFIA .....	167
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	181

## PREFÁCIO

Este livro é uma versão revista para a língua portuguesa da minha monografia *The Legitimacy of Modern Democracy: A Study on the Political Thought of Max Weber, Carl Schmitt and Hans Kelsen* (2021), editada pela Routledge na coleção *Innovations in Political Theory*. Não se trata, todavia, de uma simples tradução. Em boa verdade, haverá poucos autores que tenham, em relação à sua própria obra, o distanciamento que lhes permita *apenas* traduzir, sem fazer diferente. O autor destas linhas não faz parte desse grupo restrito, pelo que não resistiu a transformar significativamente o texto.

A introdução e a conclusão foram totalmente reescritas, tendo adotado um registo mais ensaístico e menos académico. Nos três capítulos principais, procurei reduzir ao essencial as notas de rodapé e conter alguma tendência para a digressão. A minha interpretação do pensamento dos três protagonistas não se alterou nas suas linhas gerais. No entanto, um leitor atento notará diferenças de ênfase e até mudanças de juízo em alguns aspetos. Alguma (pouca) nova literatura crítica foi incorporada.

Finalmente, tenho de agradecer a Pedro Tavares de Almeida o convite para escrever uma obra para a coleção *Estudos Políticos* da Livros Horizonte. Trata-se de uma coleção que marcou a minha formação académica de forma indelével. Aliás, o meu primeiro contacto com dois dos três protagonistas deste livro aconteceu através dos ensaios de Hans Kelsen e Carl Schmitt publicados no volume *Representação Política: Textos Clássicos* (2009), coordenado por Diogo Pires Aurélio. Desde então, os livros desta coleção não mais abandonaram a minha secretária, nem a de muitos outros

estudiosos. Tornaram-se, com efeito, referências para a investigação e para a docência da Ciência Política em Portugal. Agora que passo a ser autor, e não apenas leitor, da coleção, não posso deixar de dedicar o livro, em sinal de agradecimento, a quem a dirige com sucesso há tantos anos.

PTM

## INTRODUÇÃO

### DEMOCRACIA LIBERAL E FIM DA HISTÓRIA

Tempos houve, e não são tão distantes quanto hoje nos possam parecer, em que a questão da legitimidade das democracias modernas foi tida como resolvida. Com efeito, na transição para o século XXI, parecia lícito pensar que a democracia liberal se havia imposto como a forma de governo que melhor encarnava as promessas modernas de progresso, justiça, liberdade e bem-estar. Certamente, os regimes demoliberaes continuariam a enfrentar problemas vários no seu cotidiano, e a coexistir com regimes de natureza distinta no plano internacional. No plano normativo e ideológico, porém, pensava-se que haviam suplantado definitivamente a concorrência. Se a história das ideias políticas no século XX, como escreve Jan-Werner Müller (2011), pode ser compreendida como uma contenda em torno da própria definição de democracia, o final do século parecia sugerir com suficiente clareza quem eram os vencedores e quem eram os vencidos.

Para uns, a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial fora o momento-chave. Jürgen Habermas (2001: 46) elege 1945 como o ano da grande “divisão de águas”, que “minou os fundamentos de *todas* as formas de legitimação política que não subscreviam – pelo menos verbalmente, pelo menos em palavras – o espírito universalista do iluminismo político”.<sup>1</sup> O filósofo alemão pretendia, com essa posição, questionar a perspectiva, que se impôs durante a Guerra Fria, segundo a qual a aliança entre os Aliados ocidentais e a União Soviética, que derrotara a Alemanha Nazi, fora meramente circunstancial e, em última instância, contranatura. Todavia, olhando para o século XX como uma disputa ideológica pela determinação do significado de democracia, afigura-se-nos difícil não atribuir tanta

ou mais importância ao colapso da União Soviética em 1989. Aliás, precisamente na medida em que o projeto soviético também se filiava no “espírito universalista do iluminismo político”, o seu colapso pôde ser interpretado como mais decisivo para a definição da grande contenda ideológica em torno do significado do projeto democrático moderno.<sup>2</sup>

Não espanta, pois, que Fukuyama (1989: 4) tenha entrevisto no colapso do bloco soviético o fim da História ou, mais precisamente, “o ponto culminante da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo humano”. Declarar o fim da História é uma grande ousadia, até porque implica assumir que exista uma História com H maiúsculo, distinta da que é estudada e narrada pelos historiadores profissionais, possuidora de um sentido último, filosoficamente discernível. O autor destas linhas confessa-se, desde já, cético em relação a essa concepção teleológica da História. No entanto, tal divergência de fundo não nos deve levar a descartar apressadamente a tese de Fukuyama. Os indícios de “desconsolidação” e retrocesso democrático que a ciência política tem estudado na última década (Bermeo, 2016; Dias, 2016) não constituem por si só uma refutação da tese, nem tão-pouco o são as proclamações de autocratas e aspirantes a autocratas sobre a decadência da democracia liberal. Afinal, Fukuyama (1992) notou desde cedo que o triunfo seria amargo, que pagaria o preço do desencanto e passividade cívicos, e jamais afirmou que os ditadores desapareceriam num piscar de olhos da face da Terra. Na medida em que nenhum modelo (re)emergiu, no plano ideológico, como alternativa sistemática à democracia liberal, pode considerar-se que a tese do autor norte-americano permanece de pé.

Ora, o que verdadeiramente não encaixa na tese de Fukuyama é a emergência de fenómenos de intensa radicalização e polarização do espaço político numa era supostamente pós-ideológica. Em 1992, o autor temia sobretudo a perda de vitalidade das democracias ocidentais na era pós-ideológica que dealbava; cidadãos plenamente absorvidos pelo conforto material da sociedade de consumo renunciariam aos seus deveres cívicos a partir do momento em que a disputa ideológica estivesse resolvida em favor do liberalismo. Pois bem, tendo nós assistido ao assalto à sede do poder legislativo da mais poderosa democracia liberal por uma turba enfurecida de apoiantes de um ex-presidente derrotado nas urnas, é-nos hoje difícil de imaginar que a letargia autocomplacente do último homem

nietzschiano seja a principal ameaça à democracia liberal. Segundo Fukuyama (2018), a deriva identitária da política contemporânea constituiria, nas suas múltiplas manifestações, a nova Némesis, pós-ideológica, do liberalismo. Numa leitura escatológica – e a escatologia bíblica é, afinal, o modelo da teleologia secular liberal –, dir-se-ia que a deriva identitária desempenha o papel do *katechon* que retarda, mas não invalida, o fim da História e a plena redenção liberal.

Neste livro, ofereceremos uma outra chave de leitura, assumidamente antiteleológica. Não negamos, é certo, o triunfo do liberalismo no plano *macroideológico*, enquanto principal elemento definidor da natureza da democracia moderna no tempo presente. Mas demonstraremos que a determinação liberal não logra absorver por completo a conceção moderna de democracia. Por outras palavras, o pensamento democrático moderno carrega consigo elementos que extravasam o perímetro ideológico do liberalismo e que com ele se relacionam num regime de tensão inerradicável. Mesmo que no plano das grandes alternativas ideológicas o liberalismo tenha aparentemente suplantado os seus rivais, a sua relação com o conceito de democracia enfrenta, ainda assim, dificuldades e paradoxos, que o crescimento dos populismos antissistémicos nos últimos anos vem tornando explícitos. E isso exige uma análise fenomenológica que resgate a democracia moderna da narrativa teleológica do universalismo liberal e permita dar conta das suas várias faces, da sua complexidade e riqueza intrínsecas, e das suas ambiguidades e impasses.

Nesse sentido, este livro propõe um regresso à primeira metade do século XX, porventura o período de maior indefinição e controvérsia quanto ao significado da democracia. Através de reconstruções críticas do pensamento de Max Weber (1864-1920), Carl Schmitt (1888-1985) e Hans Kelsen (1881-1973), redescobriremos interpretações díspares da natureza da democracia, ancoradas em tentativas ambiciosas e sofisticadas de decifrar o próprio sentido da modernidade. Demonstraremos como, um século volvido, ainda vale a pena pensar com eles, segui-los nas suas mais penetrantes intuições e questioná-los nas dificuldades e aporias em que se enredam. Esta viagem ao passado não promete pacificar as incertezas e inquietudes do presente, mas talvez ajude a compreendê-las.

Na verdade – e é este o ponto de partida do livro –, o significado da democracia continua a ser objeto de intensa contestação.

Ao contrário do que supõe a teleologia liberal, a disputa está viva, tendo-se deslocado do plano *macroideológico* das grandes narrativas da modernidade política para o nível *microideológico* da definição dos conceitos e aspetos-chave da experiência democrática moderna. Presentemente, leituras elitistas, populistas e pluralistas oferecem interpretações distintas da natureza da democracia moderna, e é nessa arena de contestação que se joga o seu futuro. Para a compreendermos, as obras de Weber, Schmitt e Kelsen permanecem relevantes.

O filósofo Claude Lefort (1988: 16) viu na democracia, por oposição às sociedades totalitárias que emergiram e sucumbiram no século XX, “a sociedade histórica por excelência, uma sociedade que, na sua própria forma, acolhe e preserva a indeterminação”. Essa indeterminação é, literalmente, fundamental, projetando-se tanto no futuro como no passado. A sociedade histórica por excelência é-o também, prosseguindo com Lefort (1988: 255), na sua “dificuldade ontológica em ler a sua própria história”. Na democracia, exprime-se o que há de libertador, mas também de trágico, na condição moderna. Essa ambivalência, estranha às teses que julgam deter o sentido da História, é a fonte de alimento da aventura democrática.